

INQUÉRITO NO STF

# Corrupção e obstrução da Justiça

PGR também acusa presidente Temer de organização criminosa

BRASÍLIA (AG) - No pedido de abertura de inquérito contra o presidente Michel Temer, o procurador-geral da República Rodrigo Janot acusa o mandatário número um do País de envolvimento com pelo menos três crimes: corrupção passiva, obstrução de Justiça e organização criminosa.

O ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava-Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), considerou os indícios levantados pelo procurador-geral consistentes e autorizou a abertura de investigação contra Temer. "Os elementos de prova revelam também que alguns políticos continuam a utilizar a estrutura partidária e o cargo para cometer crimes em prejuízo do Estado e da sociedade. Com o estabelecimento de tarefas definidas, o núcleo político promove interações diversas com agentes econômicos, com o objetivo de obter vantagens ilícitas, por meio da prática de crimes, sobretudo com corrupção. Há, pois, também o indicativo da prática do delito organizado previsto na lei 12.850/2013", afirma Janot.

O procurador sustenta a acusação no conteúdo de uma conversa gravada entre Temer e o empresá-

## Saiba mais

### >> Investigação

O presidente Temer, o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) e o deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) serão investigados em conjunto, no mesmo inquérito no Supremo Tribunal Federal. O inquérito, de número 4.483, tramitará sem sigredo de Justiça.

rio Joesley Batista, um dos donos da JBS. No diálogo, ocorrido na madrugada da noite de 7 de março deste ano, no Palácio do Jaburu, residência oficial do presidente, Temer indica o deputado Rodrigo Loures (PMDB-PR) para, em futuras conversas, negociar cargos e decisões estratégicas do governo federal. As fraudes renderiam propina de R\$ 480 milhões ao longo de 20 anos.

Numa ação controlada pedida por Janot, a Polícia Federal fotografou e filmou cenas do encontro em que um emissário de Batista paga a primeira parcela do suborno, R\$ 500 mil, a Loures. Na conversa, o empresário descreve crimes que

vinham cometendo para obstruir investigações criminais. Relata, inclusive, o pagamento de propina ao ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e ao doleiro Lício Funaro, ambos presos, para que os dois permaneçam calados e não façam delação premiada. Ao final do relato do empresário, presidente da República "tem que manter isso, viu".

No pedido, o procurador-geral descreve a forma sorrateira como Batista chega ao Palácio do Jaburu, depois do expediente e direto da portaria para a garagem. Janot também destaca também a intimidade entre o presidente e o empresário, naquele momento alvo de pelo menos cinco grandes operações de combate à corrupção. Para Janot, os supostos crimes teriam ligação direta com o cargo de presidente. No mesmo pedido, Janot fala sobre a trama entre Temer e o agora afastado senador Aécio Neves (PSDB-MG) para aprovar a lei de abuso de autoridade, uma anistia geral para políticos acusados de caixa dois e, como se não bastasse, trocar delegados da Polícia Federal para esvaziar os inquéritos já abertos contra parlamentares e ministros acusados de corrupção.



Presidente Michel Temer declarou, após abertura de inquérito pelo STF contra ele, que não renunciará ao mandato

## Juristas apontam indícios de crimes

Especialistas afirmaram, ontem, que há indícios de prevaricação e obstrução da Justiça na conversa entre o presidente Michel Temer e o empresário Joesley Batista. A intimidade entre os dois foi considerada inadequada. "Do teor das conversas se pode deduzir uma atitude de omissão ou, no caso do presidente da República, de prevaricação. Também se pode deduzir que aquilo se configure em obstrução de Justiça", afirmou o ex-ministro do Superior Tribu-

nal de Justiça (STJ) Gilson Dipp.

Para o ex-ministro do STJ, Temer deveria ter rechaçado a conversa, mostrando indignação ou, no mínimo, desconforto. "Há uma promiscuidade, uma intimidade muito grande de um empresário com o presidente da República. É conversa de mesa de bar", disse Dipp.

Professor de Direito Público da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Murilo Gaspar do também destacou a impropriedade da conversa: "Encontrar um empresário sem registro na agenda, às

22h30, na residência oficial, e não no gabinete, sendo alguém investigado, já denota que não é uma conversa republicana".

O professor de Ética na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Roberto Romano também afirmou que Temer deveria ter procurado o Ministério Público. "Ele, um grande jurista, sabe perfeitamente que eram crimes. No mínimo, há quebra de decoro imperdoável, falta de respeito pelas instituições e falta de providência imediata".